

**AO JUÍZO DA Xª VARA DE EXECUÇÃO DE TÍTULO  
EXTRAJUDICIAL DE XXXXXX**

Processo n.º XXXXX

**FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 916 do Código de Processo Civil, formular REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDA, nos seguintes termos.

**1 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

A executada não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio e/ou de sua família, sendo, por conseguinte, considerado hipossuficiente.

Para demonstrar essa condição, promoveu a juntada de declaração de hipossuficiência e comprovantes de renda (ID XXXXX) onde se verifica que a executada auferir renda mensal líquida de R\$ XXXXX.

Assim, diante da insuficiência de recursos, a requerida deve ser beneficiada com o direito à gratuidade de justiça, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC.

## **2- DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA**

Nos estritos termos do art. 916 do CPC, o executado que, no prazo para oferecer de embargos, reconhecer o crédito do exequente, e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, poderá requerer o pagamento do restante da dívida em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescido de custas, honorários advocatícios, correção monetária e juros legais.

No caso dos autos, a executada requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita, e caso seja deferida a benesse, ficarão suspensas a obrigação em arcar com cobrança de custas e honorários advocatícios, de acordo com os artigos 98 e seguintes do CPC.

Em relação ao preenchimento dos demais requisitos para o requerimento do parcelamento, a executada afirma que reconhece o crédito da parte exequente. Já em relação à comprovação de depósito de 30% do valor em execução, a executada sofreu constrição em seu patrimônio no valor total de R\$ XXXX (XXXXXX reais), valor este bloqueado em sua conta poupança. A constrição foi impugnada, conforme ID XXXXXX.

Conforme extrato do consorciado apresentado pela exequente, ID XXXXXX, o valor do débito perfaz o montante de R\$ XXXXX (XXXXXX reais).

Desta feita, o valor de depósito de 30% exigido pelo dispositivo legal deve ser de **R\$ XXXXX (XXXXXX reais)**, valor

este já contemplado pela soma constricta na conta bancária da executada.

Considerando o decote do valor de 30% do débito, o saldo restante fica em R\$ XXXXXX.

De acordo com o cálculo obtido pela Calculadora do Cidadão, ferramenta disponibilizada no site do Banco Central, o valor do saldo restante da dívida, dividido em 6 parcelas e com acréscimo de juros de 1%, resulta em 6 parcelas de **R\$ XXXX (XXXXXXXX reais)** cada.

---

Financiamento com prestações fixas	
Simule o financiamento com prestações fixas	
Nº. de meses	<input type="text" value="X"/>
Taxa de juros mensal	<input type="text" value="XXXX"/> %
Valor da prestação (Considera-se que a 1a. prestação não seja no ato)	<input type="text" value="XXXX"/>
Valor financiado (O valor financiado não inclui o valor da entrada)	<input type="text" value="XXXX"/>

---

### 3 - DA TEMPESTIVIDADE

Preceitua o Art. 916 do Código de processo penal, além dos demais requisitos, que o prazo para requerer o parcelamento é o prazo para embargos. O termo inicial foi o dia 2 de março, data em que o executado compareceu à Secretaria da 1ª Vara de Execução de Título Extrajudicial da Circunscrição Judiciária de XXXXX, momento em que foi citado de todo o teor da execução.

Ocorre que o executado é assistido pela Defensoria Pública do Distrito Federal, que goza de prazo em dobro para suas manifestações processuais, conforme Art. 186 do CPC.

Isto posto, é tempestivo requerimento de parcelamento.

#### **4 - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 98 e ss. do CPC;

b) o parcelamento do saldo devedor em 06 parcelas, com acréscimo de correção monetária de juros mensais de 1% ao mês, com vencimento no dia 10 de cada mês, subsequente a data deste requerimento.

c) em caso de concessão do parcelamento do saldo restante do débito, dentre os valores constritos, requer seja disponibilizado ao exequente o valor de R\$ XXXXX (XXXXXX reais), equivalente a 30% do montante do débito e consequente desbloqueio dos demais valores bloqueados na conta bancária da executada.

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**

Defensor Públic0

FULANO DE TAL  
Mat. XXXXX